

Os povos da floresta na
produção do espaço e
da sustentabilidade na
Amazônia: o caso do território
do Médio Juruá – Carauari/
AM

The forest peoples in the
production of space and
sustainability in the Amazon:
the case of the Médio Juruá
Territory - Carauari/AM

David Franklin da Silva Guimarães¹
Monica Alves Vasconcelos²
Andreza Gomes Weil³
Tatiana Schor⁴



Resumo: Este artigo aborda a relação dos seringueiros da Amazônia com a proteção das florestas frente às ameaças para o ambiente. Destaca os aspectos históricos da categoria, desde os processos de exploração do trabalho nos ciclos da borracha até as formas de resistência do Conselho das Populações Extrativistas localizadas no Médio Rio Juruá, Carauari/AM. As informações foram norteadas a partir de revisão bibliográfica e das narrativas das populações deste território coletadas por meio da técnica de história oral. As análises partiram da concepção de Henri Lefebvre acerca da produção do espaço. Apesar do apogeu econômico, os ciclos da borracha foram marcados pela exploração do trabalho de seringueiros e suas famílias. O Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) surge como uma forma de resistência a esta problemática. Seu papel é garantir o acesso aos direitos sociais para os povos da floresta acompanhando as ações do Estado. Estes sujeitos atuaram localmente para a consolidação de áreas protegidas, garantindo melhoria da qualidade de vida e geração de renda. Desta forma, solidificando uma governança socioambiental para a promoção da sustentabilidade e da justiça socioambiental. **Palavras-chave:** seringueiros; governança socioambiental; resistência; território do Médio Juruá; produção do espaço.

Abstract: This article discusses the relationship between the rubber tappers of the Amazon and the protection of the forests in the face of threats to the environment. Highlights the historical aspects of the category, from the labor exploitation processes in the rubber cycles to the forms of resistance of the Council of Extractive Populations located in the Médio Juruá River, Carauari/AM. The information was based on a bibliographic review and on the narratives of the people from this territory collected through the oral history technique. The analyses were based on Henri Lefebvre's conception about the production of space. Despite the economic boom, the rubber cycles were marked by the exploitation of the labor of rubber



tappers and their families. The National Council of Extractive Populations (CNS) emerges as a form of resistance to this problem. Its role is to guarantee access to social rights for forest peoples, accompanying the actions of the State. These individuals acted locally for the consolidation of protected areas, ensuring improved quality of life and income generation. Thus, solidifying a socioenvironmental governance for the promotion of sustainability and socioenvironmental justice. **Keywords:** rubber tappers; socio-environmental governance; resistance; Middle Juruá Territory; production of space.



Introdução

A ocupação da Amazônia teve nos dois ciclos da borracha sua intensificação, principalmente por meio da migração de nordestinos que fugiam das difíceis condições provocadas pelas secas, como a ocorrida em 1987 naquela região (DERICKX; TRANSFERETTI, 1992). Esse apogeu econômico gerado pelo extrativismo da borracha tem seu simbolismo marcado, por exemplo, nas construções da época, como o Teatro Amazonas na cidade de Manaus.

A cadeia produtiva da borracha chegou a representar uma das principais atividades econômicas do país. Entretanto, a riqueza baseada na borracha não gerou dignidade de vida aos seringueiros, que ocuparam vários territórios na região amazônica. Muitos morreram pelas doenças vetoriais que assolam a região, passaram fome, foram escravizados, bem como foram assassinados por patrões, coronéis da borracha, ao discordarem das práticas ilegais e cruéis exercidas em seus seringais. Os seringueiros eram proibidos de ter autonomia em seus roçados e pescarias e eram obrigados a vender toda a sua produção por um preço injusto para os patrões que exploravam esses trabalhadores (SCHWEICKARDT, 2010).

A relação de opressão dos patrões, os coronéis da borracha, com os seringueiros gerava revolta, mas sobretudo medo por parte dos seringueiros que se sentiam coagidos pelos seringalistas que detinham o apoio do Estado. A própria concessão de terras dos patrões, como proprietários das áreas dos seringais, era conferida pelo Estado, homologando dessa forma as práticas ocorridas nesses espaços. A relação de exploração se dava por meio do sistema conhecido como aviamento, onde os seringueiros tinham na borracha a moeda de troca para aquisição de bens de consumo fornecidos pelo patrão. Entretanto, os valores desses produtos sempre eram extremamente maiores que o valor da borracha produzida, gerando um alto endividamento desses trabalhadores (ALLEGRETTI, 2008).

Desse processo de exploração do trabalho e das condições precárias, os seringueiros e suas famílias se organizaram em rede para a defesa de seus territórios por meio da criação de Reservas Extrativistas (RESEX), tendo como instrumento de reivindicação política o Conselho Nacional dos Seringueiros – hoje, denominado como Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) –, criado em 1985 no I Encontro Nacional dos Seringueiros da Amazônia (CNS, 1985). O CNS foi concebido para o fortalecimento da luta dos seringueiros por direito à terra, renda e demais políticas públicas. Entretanto, assim como



preconizado por Chico Mendes, a luta que iniciou em prol da proteção dos seringueiros e da floresta se coadunou por uma luta pela humanidade.

Em meio à crise climática global, provocada pelo excesso de gases do efeito estufa na atmosfera, a conservação da floresta surge como uma das principais alternativas para mitigar os efeitos do aquecimento global devido ao papel da floresta de fixação de carbono. A relação que os povos da floresta já desenvolveram com os recursos naturais garantem a manutenção dos serviços ecossistêmicos da floresta e continuidade da forma tradicional de vida dessas comunidades.

Na região no sudoeste do estado do Amazonas, o município de Carauari vivenciou todas as mazelas provocadas pelo seringalismo que, ao longo do Rio Juruá, ainda tem todas as cicatrizes provocadas por esse sistema. Mas todo o processo de empoderamento e organização social promovidos pela Igreja Católica por meio do Movimento de Educação de Base (MEB) contribuiu para a construção da governança e da sustentabilidade no território do Médio Juruá.

Dessa forma, este artigo realiza uma revisão bibliográfica sobre as temáticas estudadas, bem como trazendo falas dos atores e atrizes sociais da região do Médio Juruá que, por meio da história oral, recontam as estratégias de lutas, fortalecimento das organizações sociais que compõem o território e sua articulação em rede com atores internos e parceiros externos na tessitura da sustentabilidade presentes no território. Nessa pesquisa a história oral foi considerada estratégica para permitir que a classe trabalhadora possua a hegemonia na narrativa de suas construções sociais (PORTELLI, 1997). Ao longo do texto, serão trazidos trechos da obra *No Coração da Amazônia: Juruá, o Rio que Chora* (1992) de autoria do Padre João Derickx, sob coordenação de José Antônio Tranferetti, bem como falas dos sujeitos centrais da pesquisa: os atores sociais que conduzem o território Médio Juruá.

A governança neste estudo foi observada a partir de uma rede de atores que se coadunam nesse sistema de redes sociais deflagrada pela análise de rede produzida pelo *software Gephi 2.0*, observando a centralidade e as conexões existentes entre os atores para o melhor entendimento da dinâmica de gestão do território.

O processo de lutas sociais que serão evidenciados ao longo do texto, bem como os arranjos de governança socioambiental, foram observados a partir das premissas da teoria da produção do espaço (LEFEBVRE, 2006). Para tanto, como forma de conhecer melhor as nuances que envolvem a produção do espaço e as relações de governança no Médio Juruá, o primeiro autor residiu no município



de Carauari ao longo de dois anos.

O seringalismo na Amazônia: Quando as florestas tornaram-se senzalas

A particularidade do desenvolvimento na Amazônia assume um caráter paradoxal, posto que esta região é marcada por uma série de problemáticas, principalmente de ordem social e econômica, onde “a pobreza campeou, colocando-a em uma condição onde não se pode caracterizar exatamente se é “atraso econômico” ou subdesenvolvimento”. (BATISTA, 2007, p. 119).

Esta realidade é marcada pelo desenvolvimento desigual que se instituiu em diferentes momentos históricos, sobretudo naqueles em que as formas de exploração, próprias do modo de produção capitalista, se sobrepõem à dinâmica de trabalho da região. A “descoberta” do látex despertou o interesse de mercados internacionais que investiam no progresso tecnológico impulsionado no contexto da Revolução Industrial.

Em seus primórdios, no começo do século XIX, a borracha foi considerada uma matéria-prima milagrosa para um mundo habituado à madeira, ferro, aço, couro e tecidos (SOUZA, 2019, p. 182). A exportação para os países europeus e norte-americanos se expandiu após a descoberta do método de vulcanização por Charles Goodyear, que envolvia o processo de refinamento da borracha.

Tal experimento beneficiou a pneumática utilizada nos automóveis despertando o interesse das indústrias automobilísticas no produto (*Ibidem*). Nesses termos, observa-se que o período da borracha representou a reinvenção da Amazônia, sendo as relações redefinidas, especialmente, pela submissão ao capital internacional (FREITAS; SILVA, 2000, p. 72).

A ascensão do látex impetrou grandes transformações que não superaram as expressivas contradições vivenciadas na Amazônia, principalmente no âmbito social e econômico. A ilusória ideia de autonomia financeira e prosperidade trouxe na bagagem, entre outras questões, um significativo aumento demográfico, o desequilíbrio ecológico, a excessiva exploração do trabalho dos seringueiros e o aumento da pobreza para a massa populacional que habitava a região.

Na capital Manaus, a Amazônia se reveste de urbanização em função do intenso processo migratório de trabalhadores familiarizados com serviços urbanos. Este fenômeno tem impacto sobre os modos de vida de indígenas e caboclos, cujo lugar na cidade estava previamente definido na segregação e no isolamento (*Ibidem*).



A prosperidade da era gomífera abrigava duas faces: a primeira era expressa na paisagem urbana, iluminada pela energia elétrica e figurada pelos luxuosos ambientes arquitetônicos financiados pelas grandes fortunas que corriam em Manaus e Belém (SOUZA, 2019, p. 185); a segunda face, obscurecida pela distância da cidade, se revela na exploração do trabalho dos seringueiros que viviam nos seringais, uma população que revela as desigualdades e que trabalha em função da porção menor, os que vivem a explorar os trabalhadores (BATISTA, 2007, p. 98).

Havia uma alta demanda de produção da borracha que era incompatível com a disponibilidade de mão de obra em uma região esvaziada pela escravidão e repressão do Império no combate à Cabanagem (SOUZA, 2019, p. 190). Assim, o fenômeno migratório foi crescente e marcante para a região no período da borracha.

A multiplicidade de seringueiros apontava para a diversidade sociocultural entre esses trabalhadores – em sua maioria, migrantes nordestinos – que buscavam melhores condições de vida frente ao período de grandes secas e das condições econômicas precárias vivenciadas no Nordeste. Dados apontados por Benchimol (1977) indicam que, entre os anos 1877-1900, vieram para a Amazônia um total de 158.125 migrantes nordestinos. Desse quantitativo, acredita-se que cerca de 40.000 pessoas vieram para a região do Rio Juruá (DERICKX; TRANSFERETTI, 1992).

As condições vivenciadas na Amazônia foram muito diferentes das expectativas dos retirantes. A adaptação ao ambiente perigoso de florestas, as diferenças culturais, dificuldade de alimentação e, sobretudo, a exploração do trabalho foram algumas das condições desumanas vivenciadas pelos migrantes nordestinos. Essa situação é exemplificada no Médio Juruá por Padre João Derickx em sua obra:

Construíram-se palácios em Manaus, Belém, Londres... acumularam-se fortunas, formaram-se “doutores” (exploradores) às custas do trabalho do seringueiro. Em seu tapiri, rodeado de filhos, miséria e dívidas ao patrão e regatão, ele sobrevive teimosamente da exploração e opressão. (DERICKX; TRANSFERETTI, 1992, p. 108).

Além disso, as relações de trabalho eram análogas ao trabalho escravo quando conduzidas sob o sistema de aviamento. Neste, os modos de exploração



eram baseados na relação coercitiva e violenta que impunha ao trabalhador uma condição de débito permanente. As negociações mediadas no chamado “barracão”, lugar onde vivia o seringalista e onde estavam dispostos todos os produtos para comercialização, aprisionavam os trabalhadores desde a sua chegada ao seringal. Seus meios de trabalho, os alimentos para sua subsistência, vestimentas ou quaisquer outros itens eram vendidos a preços superfaturados e posteriormente cobrado dos seringueiros (PONTES, 2014, p. 13; SOUZA, 2019, p. 190).

Mesmo diante do frequente processo de exploração, os migrantes nordestinos revelaram a sua capacidade de sobrevivência, ambientando-se e enriquecendo a cultural local, além de agregar a vida e as lutas com os povos tradicionais que vivem na Amazônia (SOUZA, 2019, p. 190).

A decadência do período áureo pode ser evidenciada a partir de 1912 com a queda da exportação da produção e o investimento do capital internacional nos seringais asiáticos, que tinham como principal atrativo o menor valor de mercado. De acordo com Mahar (1978), o período que corresponde a 1912-1945 foi quase exclusivamente dedicado a recuperar a economia da borracha. O primeiro momento foi o Plano de Defesa da Borracha que, entre outras ações, dispunha de concessões a quem plantasse seringueiras, bem como a quem construísse centros de beneficiamento da borracha, hospitais, estradas de ferro e outros. Entretanto, o país passava por uma precária situação financeira e o Congresso negou verbas para o desenvolvimento do plano.

Um segundo momento registrado pelo autor, denominado Batalha da Borracha, refere-se ao acordo firmado entre Brasil e Estados Unidos durante a II Guerra Mundial para o fornecimento de matérias-primas estratégicas, incluindo a borracha. Tal situação movimentou uma expressiva estrutura administrativo-financeira, principalmente de mobilização de força de trabalho. Entretanto, problemas como transporte e o curto prazo do programa não apresentaram resultado favorável à região.

Diante do enfraquecimento da produção da borracha, os seringueiros buscaram seu fortalecimento enquanto organização de trabalhadores. Livres dos ditames coercitivos que apropriavam a força de trabalho, as organizações buscavam, entre outras lutas, melhores condições de trabalho e o reconhecimento de suas propriedades. No Médio Juruá, os registros históricos evidenciam um processo de resistência destas organizações que garantiram sobretudo a sua re-existência frente às propostas ambivalentes de desenvolvimento para a Amazônia.



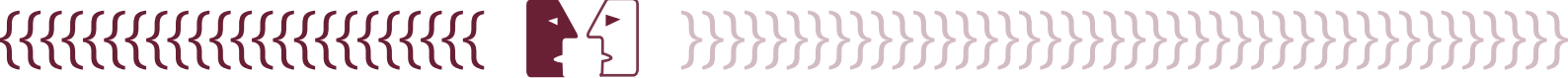
Empates⁵ na Amazônia: A construção do conselho nacional das populações extrativistas como sinal de resistência e garantia de direitos

Nesta Amazônia, marcada pela grandiosidade natural da fauna, flora e dos rios, há ainda a imensidão dos povos que sempre lutaram por direitos, como tantos em tantas Amazônias, mas que possuem um protagonismo diferenciado de organização socioambiental. No Médio Juruá, depois dos embates travados contra o sistema seringueira, as populações perceberam a necessidade de ter seus direitos garantidos dentro do território. Assim, por meio do Movimento de Educação de Base (MEB) da Igreja Católica, sendo liderado pelo padre holandês João Derickx, os seringueiros contribuíram para a criação do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) (ALVES *et al.*, 2022; DERICKX; TRANSFERETTI, 1992). De acordo com o referido autor, o primeiro encontro dos seringueiros da região ocorreu em 1981 com a participação de lideranças dos rios Juruá, Jutaí e Carauari na cidade de Carauari/AM. Em 1985, foi realizado o Encontro Regional de Seringueiros em Manaus e no mesmo ano foi realizado o Encontro Nacional em Brasília/DF.

O Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) foi criado a partir do I Encontro Nacional dos Seringueiros e surgiu em contraposição ao Conselho Nacional da Borracha, que não contemplava os seringueiros em sua composição. O CNS viria a assumir, gradativamente e por uma série de conjunturas políticas, o papel de principal interlocutor dos seringueiros na construção das políticas públicas, substituindo o papel antes ocupado pelos sindicatos (PAULA, [1998]). Posteriormente, o CNS passaria a representar também os trabalhadores agroextrativistas, sendo atualmente denominado de Conselho Nacional das Populações Extrativistas, completando em 2022 seus 37 anos de existência.

Uma das estratégias mais emblemáticas do movimento dos seringueiros a nível nacional estava nos empates⁶, que era o ato de impedir os grandes latifundiários de derrubar a região de floresta por meio da manifestação de seringueiros e suas famílias em áreas ameaçadas (ALLEGRETTI, 2002). Contudo, a criação do CNS possibilitou que esse empate fosse levado para o campo político, tendo como principal mecanismo a construção de políticas públicas sociais e ambientais para a região.

Em 1996, O CNS criou o Memorial Chico Mendes e este tem como objetivo divulgar no Brasil e no exterior as ideias de luta de Chico Mendes, além de apoiar as comunidades agroextrativistas do Brasil. Em 1997, a entidade foi registrada, passando a existir juridicamente, tratando-se de uma entidade de assessoria



técnica ao movimento social dos extrativistas, à defesa do meio ambiente e à promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades extrativistas da Amazônia e de outras regiões do Brasil como forma de fortalecer a organização dos povos da floresta na execução de projetos (MCM, 2018). Um dos projetos implementados pelo MCM, considerado de sucesso para os moradores locais, foi o “Sanear Amazônia: Mobilização social por acesso a água às famílias extrativistas na Amazônia”, que teve o objetivo de promover acesso à água para o consumo humano em comunidades extrativistas da Amazônia.

Na década de 1990, surgiram instrumentos de territorialização diferentes dos existentes até então, entre eles, a criação das unidades de conservação (BRITO, 2000). Na época, as preocupações ambientais foram difundidas e, paralelamente a elas, houve uma ampliação de espaços democráticos e dos movimentos sociais que incentivava a fixação de populações humanas em áreas protegidas ambientalmente (ESTERCI; SCHWEICKARDT, 2010). Muitos desses espaços foram reivindicados pelos grupos sociais já residentes, como no caso dos moradores da região do Médio Juruá, garantindo assim a eles o acesso e o controle dos recursos, além da proteção dos seus modos de vida (*Ibidem*).

Nos anos 2000, com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), foram formulados os modelos de áreas protegidas ambientalmente, entre as quais: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e de Reserva Extrativista (RESEX). A RESEX foi muitas vezes designada pelos próprios envolvidos como a reforma agrária dos seringueiros e denunciada por opositores na arena ambiental, como uma espécie de política social de formato não muito adequado aos objetivos da conservação (ALLEGRETTI, 2002; ALMEIDA, 2004; FRANCO, 2008). Os seringueiros se contrapunham à ideia de propriedade privada, então, se inspiraram nas reservas indígenas, dos quais eram vizinhos, para a criação da RESEX, com a orientação de não dividir a terra em lotes e evitar assim futuros problemas de vendas de lotes familiares.

Na sequência das lutas no Acre, com a criação das primeiras Reservas Extrativistas – Chico Mendes e Alto Juruá – e a partir da reivindicação dos seringueiros locais, em 1997, foi criada a RESEX do Médio Juruá e, em 2005, a RDS Uacari, ambas no município de Carauari. Segundo Esterci e Schweickardt (2010, p. 64):

Ao discutir as dimensões socioantropológicas da produção e (re)produção de territórios na região, uma situação observada no curso médio do rio Juruá, no estado do Amazonas, permite



colocar em perspectiva a distinção entre os dois modelos aqui referidos e indagar sobre as mudanças ocorridas na relação entre o campesinato amazônico e o Estado, na conjuntura das duas últimas décadas. Veremos como esses pequenos produtores têm se apropriado dos instrumentos de ação política dos planejadores, para seus próprios fins e em função de suas estratégias de garantia da terra, dos recursos e dos seus modos de vida.

A criação das reservas, com seus estatutos e consequentes regras de uso, possibilitou a legitimação do direito das populações locais, resguardando a defesa do território e de seus modos de vida, fruto de suas lutas socioambientais travadas desde o trabalho nos seringais. Agora, essas populações reconhecidas como tradicionais, poderiam, a partir de um marco legal, dar seguimento às demais conquistas por meio da garantia de direitos, entre eles, a justiça socioambiental, pois a organização comunitária e a autonomia sempre estiveram imbricadas (CUNHA; LOUREIRO, 2009). Entretanto, houve resistência por parte dos seringalistas que tentavam prejudicar o processo de empoderamento dos seringueiros com proibições para as reuniões e perseguições das lideranças (DERICKX; TRANSFERETTI, 1992).

As Reservas Extrativistas, como a do Médio Juruá, foram criadas nos mesmos locais onde estavam localizados os seringais dos coronéis da borracha. Dessa forma, a luta dos povos da floresta resignificaram as relações dentro dos seringais, produzindo um novo espaço social, substituindo as relações de exploração e submissão por alternativas baseadas em preceitos da economia solidária com gestão compartilhada pelos moradores desses territórios.

Cabe ressaltar que uma conquista importante dos moradores da RESEX do Médio Juruá deu-se com o reconhecimento destes como beneficiários da política nacional de reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sendo que esta tratava-se de uma demanda política do estado do Amazonas, visto que extrativistas e ribeirinhos são maioria da população rural e que raramente eram atendidos pelas políticas do Governo Federal (SCHWEICKARDT, 2010).

Após a criação das duas unidades de conservação que compõem o território do Médio Juruá, garantiu-se a primeira demanda das populações da floresta que vivem na região: o direito ao território. Entretanto, ainda se fazia necessário garantir direitos básicos como educação, saneamento, geração de renda, saúde, habitação, entre outros.



Com o crescimento e a solidificação dos movimentos sociais do Médio Juruá, o qual já possuía as associações e cooperativas como organizações de base, no ano de 2010, foi criado o Fórum do Território Médio Juruá (FTMJ), no qual reúne organizações públicas e privadas que atuam ou têm interesse em atuar na região com o objetivo de integrar e fortalecer a cooperação mútua em prol da qualidade de vida, conservação da biodiversidade e fortalecimento das cadeias produtivas (GUIMARÃES *et al.*, 2022; INSTITUTO JURUÁ, 2022).

Atualmente, nas margens do rio Juruá, nas RDS Uacari e RESEX do Médio Juruá, numa área de aproximadamente 900 mil hectares, vivem cerca de 700 famílias realizando a gestão compartilhada do território (MCM, 2018). Essas populações tradicionais desenvolvem suas atividades cotidianas seguindo os preceitos da sustentabilidade, nas quais utilizam dos recursos naturais de modo a não prejudicar as gerações futuras, tanto para sua subsistência quanto para a comercialização como forma de obtenção de bens de consumo. Devido a sua forte ligação com os recursos naturais, as populações da região desenvolveram diversas atividades econômicas a partir dos produtos dos rios e da floresta (WITKOWSKI, 2010). Nessa polivalência de atividades podem ser citados a pesca, a agricultura e o extrativismo.

Buscando atingir outros mercados como forma de expandir a comercialização dos produtos de Carauari, os produtores se organizaram em associações e cooperativas. A maior e mais antiga é a Associação dos Produtores Rurais de Carauari (ASPROC), que atualmente é a responsável pela negociação e comercialização da maioria das cadeias produtivas desenvolvidas na região, tais como a borracha, a farinha, o açaí e o pescado de pirarucu. Enquanto a Associação dos Moradores da RDS Uacari (AMARU) e a Cooperativa Mista de Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária do Médio Juruá (CODAEMJ) desenvolvem as cadeias de óleos vegetais de andiroba, murumuru e ucuúba, os quais são comercializados com empresas de cosméticos.

Para além do beneficiamento e comercialização dos produtos da floresta, pode-se dizer que, no Médio Juruá, há em curso o desenvolvimento de uma economia que busca trazer solução aos problemas globais, tais como a mudança climática e a perda de biodiversidade, a bioeconomia. A Associação das Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá (ASMAMJ) promove o fortalecimento das cadeias produtivas desenvolvidas por mulheres e atualmente produz e comercializa biojoias, tendo algumas associadas participado de capacitações fora do estado do Amazonas. A Associação dos Produtores Agroextrativistas da Comunidade Nova Esperança (AANE) trabalha a geração de renda por meio da



criação de produtos de higiene e limpeza, utilizando essências encontradas na Floresta Amazônica.

Para os sujeitos da pesquisa, a presença do Padre João Derickx foi crucial para o empoderamento e fortalecimento das bases que resultarão na criação da Associação dos Produtores Rurais de Carauari (ASPROC), bem como a participação da região na criação do CNS.

Naquela época éramos subordinados ao patrão. Daí chegou o Padre Joao Derickx, começando pela comunidade do Roque. A primeira experiência foi na venda de banana em troca de outros itens de rancho, como deu certo foi expandido para outras comunidades. Em 1991 foi a formação das primeiras comunidades. (homem, agricultor, 67 anos).

O primeiro mandato da ASPROC junto com o MEB e Padre João Derickx foi um marco para que as famílias tomassem a decisão para se libertar do patrão. Esse ato levou a mobilizar outras pessoas e estamos onde estamos. O marco foi sair das garras do patrão e fazer sua própria gestão. (homem, servidor público, 54 anos).

Logo, fica clara a importância do processo de educação popular promovida pelo MEB, em Carauari, como alternativa para a transformação da realidade de exploração vivenciada pelos seringueiros e suas famílias, a fim de melhoria da qualidade de vida dessa população. Das experiências destacadas na comercialização dos produtos das comunidades ribeirinhos por gêneros alimentícios essenciais para essas famílias, criou-se o Projeto Comércio Ribeirinho da Cidadania e Solidário que, por meio dos entrepostos de comercialização instaladas nas comunidades, compra a produção rural por um preço justo, onde também é possível trocar por itens de alimentação e limpeza. Devido ao importante impacto social dessa iniciativa em 2012, foi conferido a ASPROC o prêmio Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) da Presidência da República.

Esta perspectiva ambiental desenvolvida pelas organizações do Médio Juruá poderia ser definida por Leff (2004) como racionalidade ambiental, sendo baseada em uma nova ética, com princípios embasados em uma vida democrática, valores e identidades culturais que sejam capazes de mobilizar e reorganizar a sociedade como um todo, em busca da transformação das estruturas do poder e um efetivo desenvolvimento sustentável. Contudo, a perspectiva sustentável das populações da Amazônia vem da prática de suas vivências com o meio



que os cerca, ou seja, do real. E é partir dessas vivências que as populações tradicionais do Médio Juruá possuem uma governança ambiental própria, que é exemplo para toda a região amazônica.

Governança socioambiental do Território do Médio Juruá

A atuação no Médio Juruá ocorre de forma conjunta por meio do Fórum do Território Médio Juruá (FTMJ), instância de articulação das organizações locais em parceria com entidades regionais, nacionais e organismos internacionais do setor público, privado e da sociedade civil organizada. Nesse sentido, a governança policêntrica, com a presença de atores de diferentes níveis nos usos dos recursos naturais, se apresenta como uma forma imprescindível para a conservação e geração de renda às comunidades locais (OSTROM, 2009).

Como forma de melhor entender o processo de governança estabelecido no território do Médio Juruá, foi identificado a partir dos atores locais a rede social de organizações que atuam na gestão do território. Ao total, foram identificados 37 atores de diferentes segmentos e diferentes níveis que atuam na gestão de recursos naturais no Médio Juruá (Figura 1).

Figura 1 - Setores envolvidos diretamente na governança do Médio Juruá



Fonte: Elaborado pelos autores.

David Franklin da Silva Guimarães / Monica Alves Vasconcelos / Andreza Gomes Weil / Tatiana Schor
Os povos da floresta na produção do espaço e da sustentabilidade na Amazônia: o caso do território do Médio Juruá – Carauari/AM



Foram identificadas as organizações que contribuem com a gestão dos recursos naturais da região e foram consideradas as organizações citadas pelos representantes das organizações de base na região. Logo, a rede social de atores no território do Médio Juruá é constituída de organizações que representam a sociedade civil organizada, o poder público, a academia e o setor empresarial (Quadro 1). Essa configuração de atores de diferentes segmentos participando da governança do território elucida o conceito de território como um campo de forças, onde coexistem diferentes grupos sociais (SAQUET, 2007).

Quadro 1 - Lista de organizações que participam da governança do Médio Juruá

Nome da organização	Sigla	Setor
Instituto Juruá	Instituto Juruá	Instituições de ensino/ Pesquisa
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	Instituições de ensino/ Pesquisa
Universidade do Estado do Amazonas	UEA	Instituições de ensino/ Pesquisa
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	ICMBio	Poder público
Departamento de Mudança Climática e Unidade de Conservação/SEMA	DEMUC/SEMA	Poder público
Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas	IDAM	Poder público
Prefeitura Municipal de Carauari	Prefeitura de Carauari	Poder público
Secretaria de Produção Rural do Estado do Amazonas	SEPROR	Poder público
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	Poder público
Agência Norte - Americana Para o Desenvolvimento Internacional	USAID	Poder público
Natura & Com	Natura	Setor empresarial
JBS S.A.	JBS	Setor empresarial
Associação dos Produtores Rurais de Carauari	ASPROC	Sociedade civil
Associação das Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá	ASMAMJ	Sociedade civil
Associação dos Moradores da Comunidade de São Raimundo	AMECSARA	Sociedade civil
Memorial Chico Mendes	MCM	Sociedade civil
Associação dos Moradores Agroextrativistas da RDS Uacari	AMARU	Sociedade civil



Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Carauari, Associação dos Moradores Agroextrativistas do Baixo e Médio Juruá	AMAB	Sociedade civil
Associação Agroextrativista da Comunidade de Nova Esperança	AANE	Sociedade civil
SITAWI Finanças do Bem	SITAWI	Sociedade civil
Colpesca Colônia dos Pescadores Z 25 de Carauari	Colônia dos Pescadores	Sociedade civil
Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Carauari - Nós Podemos	Associação dos catadores	Sociedade civil
Sindicato Rural de Carauari	Sindicato Rural	Sociedade civil
Cooperativa Mista de Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária da RESEX do Médio Juruá	CODAEMJ	Sociedade civil
Fórum do Território Médio Juruá	FTMJ	Sociedade civil
Fundo de Repartição de Benefícios do Médio Juruá	Fundo de Repartição de Benefícios	Sociedade civil
Conselho Nacional de Populações Extrativistas	CNS	Sociedade civil
Fundação Amazônia Sustentável	FAS	Sociedade civil
Movimento de Educação de Base	MEB	Sociedade civil
Associação do Povo Deni do rio Xeruã	ASPODEX	Sociedade civil
Associação dos Trabalhadores Rurais de Juruá	ASTRUJ	Sociedade civil
Associação Ambiental, Extrativista, Pescadores e Produtores Rurais de Itamarati	AAEPPRI	Sociedade civil
Operação Amazônia Nativa	OPAN	Sociedade civil
Associação das Famílias da Casa Familiar Rural do Município de Carauari	ACFRC	Sociedade civil
Projeto Pé de Pincha	Pé de Pincha	Sociedade civil
Associação das Parteiras Tradicionais do Amazonas	Associação de Parteiras	Sociedade civil
Conselho Indigenista Missionário	CIMI	Sociedade civil

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nesse sentido, foram identificadas três instituições de ensino e pesquisa, sete entidades do poder público em seus diferentes níveis, duas instituições



do setor empresarial e 25 da sociedade civil organizada. Cabe ressaltar que nem todas as organizações da sociedade civil citadas possuem personalidade jurídica, mas possuem importantes atuações na defesa e garantia de direitos na região.

A grande presença de organizações da sociedade civil evidencia a conformação social e de governança construída no território do Médio Juruá ao longo dos anos, primado por um processo endógeno e participativo (BERDEGUÉ; FAVARETO, 2019). São essas organizações que articulam, produzem e reproduzem o espaço físico e político do Médio Juruá.

A presença de atores do setor empresarial, dentre as organizações citadas, demonstra o território como um campo de interesse privado econômico por possuir cadeias produtivas bem desenvolvidas com um alto potencial de comercialização e organizações fortes e maduras com possibilidade de negociar e conveniar com o setor empresarial. Nesse sentido, cabe ressaltar a presença da Natura que possui uma relação longa com o Médio Juruá, com a cadeia de óleos vegetais e com as organizações da sociedade civil, disposta por meio da Repartição de Benefícios do Médio Juruá como cumprimento da lei de acesso ao patrimônio genético, que diz sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade (Lei Federal Nº 13.123/2015). A JBS possui uma parceria com a ASPROC para o desenvolvimento da cadeia do pirarucu manejado e outras cadeias que estão em andamento, mas já se mostram promissores para a região.

O Médio Juruá é alvo de interesse de muitos pesquisadores de instituições brasileiras e estrangeiras. Nesse sentido, vários são os trabalhos de conclusão de curso, mestrado, doutorado e pós-doutorado desenvolvidos na região. Dentre as organizações citadas, merece destaque o trabalho do Instituto Juruá na região, que realiza vários projetos de pesquisa e diagnósticos com a participação dos comunitários. A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) possui um polo no município de Carauari e, em parceria com a Fundação Amazônia Sustentável e as organizações do Médio Juruá, tem ofertado o curso de Pedagogia do Campo na base do Bauana, na RDS Uacari. A UFAM tem pesquisas concluídas e em andamento na região, com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Amazonas (FAPEAM) e parceria de organizações locais, e vem desenvolvendo ações de interesse das organizações.

A governança ambiental na região possui atores de poder público de diferentes níveis (federal, estadual e municipal), ligados à gestão do território



do Médio Juruá. A principal organização federal citada pelos entrevistados foi o ICMBio, órgão gestor da RESEX do Médio Juruá, que, atualmente, tem como gestor Manuel Cunha, seringueiro, nascido na região e ex-presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas. O ICMBio tem participado ativamente da vida das organizações sociais na região, tornando-se destaque no processo de gestão do território.

O outro órgão gestor é o DEMUC/SEMA, de esfera estadual, responsável pela RDS Uacari, que tem atuado na conservação ambiental e no desenvolvimento sustentável da região. Outras organizações que compõem o poder público estadual são as ligadas ao sistema da Secretaria Estadual de Produção Rural (SEPROR), como a própria SEPROR, e o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM) com a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural. A Prefeitura de Carauari aparece na rede de governança pelas relações que possui com as organizações locais por meio do pagamento da subvenção municipal da borracha, comercialização do pirarucu manejado e outros apoios.

O território também emerge como campo de disputa de poder, conflitos e disputas (SAQUET, 2007). Esse processo é evidente no processo de luta por garantia de direitos, muitas vezes negados por parte de organizações do poder público em seus diferentes níveis. Nesse sentido, o Estado acaba por possuir um papel bipolar por ter o objetivo de garantir direitos e, em determinados situações, acabar os negando (JATOBA; CIDADE; VARGAS, 2009).

Em relação às organizações da sociedade civil organizada, existem as que atuam com a pauta indígena (OPAN e CIMI) ou emergem da própria resistência dos povos originários (ASPODEX). Essa atuação dentro do território é de suma importância, pois existem etnias que ainda não tiveram seus territórios devidamente demarcados, como os Kulina e os Kanamaris. A atuação dessas organizações fortalece a luta do Médio Juruá e espelha a pluralidade de atores que habitam esse espaço.

Como forma de observar a importância desses diferentes atores no processo de governança do território do Médio Juruá, foi elaborada a rede de governança da região baseada na centralidade de grau dessas organizações envolvidas (Figura 2).



Figura 2 - Rede de governança do Médio Juruá



Fonte: Elaborado pelos autores.

Legenda: quanto maior e mais escuro o nó da rede, maior centralidade essa organização exerce no território.

As redes sociais são sistemas organizacionais que têm o objetivo de reunir atores (indivíduos e organizações) de forma democrática, horizontal e participativa no entorno de causas compartilhadas (OLIVIERI, 2003). Dentro do processo de gestão do território e de governança ambiental, essa atuação em rede é primordial para a tomada de decisão e colaboração de diferentes atores, de diversos segmentos e em vastos níveis. Logo, a integração desses atores permite a resolução de problemas e a geração de soluções de forma mais célere. Entretanto, se faz necessário o entendimento da dinâmica das redes sociais para entender melhor os processos existentes nela.



A rede do território do Médio Juruá apresenta muitas conexões entre as organizações envolvidas. Isso ocorre pelo processo participativo e horizontal praticado dentro da governança do território, bem no sentido da governança policêntrica (CAPELARI; CALMON; ARAÚJO, 2017; OSTROM, 2009; OSTROM; TIEBOUT; WARREN, 1961). Para os mesmos autores, uma estrutura policêntrica está relacionada à diversidade de atores, níveis, setores e funções.

As organizações com poucas ligações representam organizações que não estão mais no território, mas deixaram um grande legado, como o MEB, e outras organizações que atuam em projetos pontuais no território.

Na rede social do território do Médio Juruá, a organização que exerce maior centralidade é a ASPROC. Isso ocorre devido ao papel que a organização exerce no território, sendo considerada a “associação mãe” por outras organizações de base. A ASPROC tornou-se, ao longo dos anos, uma organização guarda-chuva de projetos, captando recursos para apoiar suas ações e as de outras organizações do território. Essa centralidade exercida pela ASPROC confere a ela o papel de influenciar a comunicação dentro da rede e a facilidade de interagir com atores de múltiplas escalas de governança (BODIN; CRONA; ERNSTSON, 2006).

Esse papel articulador da ASPROC tem como principal apoiador o Memorial Chico Mendes, que colabora na elaboração, execução e acompanhamento de projetos e parcerias junto à organização. Outro fator que diferencia a ASPROC das demais organizações locais é o caráter técnico e estrutural da organização, possuindo colaboradores, prédios, embarcações e equipamentos próprios, que permite uma maior capacidade de gestão.

Outras organizações com bastante centralidade na rede são os órgãos gestores das unidades de conservação do Médio Juruá, ICMBio e DEMUC/SEMA, bem como o Fórum do Território do Médio Juruá (FTMJ). O Fórum surge como um espaço de troca de experiências e de união das organizações do território, com atuação no mesmo. Ele foi a ferramenta criada pelas organizações sociais do Médio Juruá para a governança do território, permitindo que cada organização apresente suas demandas para os parceiros e outras organizações, bem como unificação em bandeiras de lutas em comum das organizações que compõem o território.

Logo, o FTMJ e as organizações que o compõem são movimentos de resistências das populações menos favorecidas desse território (JATOBÁ; CIDADE; VARGAS, 2009). Esse movimento, que já teve que lutar para obter o direito às suas terras que era detido pelos coronéis da borracha, hoje, resiste



para garantir políticas públicas que venham melhorar a qualidade de vida das populações tradicionais que existem em seu território.

Algumas das organizações locais da sociedade civil organizada presentes na rede de governança do território não são do município de Carauari, mas começam a interagir dentro do espaço sociopolítico do território como forma de integrar esse processo de desenvolvimento local protagonizado pelo FTMJ. A ASTRUJ é a organização que representa os produtores rurais do município de Juruá, e a AAEPRI é a associação que representa agricultores, extrativistas e pescadores de Itamarati, ambos os municípios vizinhos a Carauari. Essa interação impõe um novo desafio ao Médio Juruá: o de expansão desse território.

E, agora, a gente começa a olhar... Graças aos resultados conquistados pelas duas UCs, ele começar a crescer. Graças às últimas decisões do fórum, Itamarati acaba de ser incorporada a esse território, bem como parte do município de Juruá. É de um certo ponto de vista animador, porque indica que o Território Médio Juruá fez alguma coisa boa, já que os territórios querem fazer junto com a gente. (homem, servidor público, 54 anos).

Para Manoel Cunha, esse novo momento do território reflete sua trajetória de defesa de direitos e conquistas sociopolíticas para a região. Entretanto, confere avaliação se o modelo de governança e gestão utilizado no território pode ser implementado em outras realidades, mesmo que próximas à Carauari/AM.

O grande desafio para o Médio Juruá está no processo de continuidade das lutas sociais para a manutenção dos benefícios e direitos já conquistados, bem como a continuidade do trabalho de base. Esse aspecto é crucial para o território, pois somente por meio dele é que essa trajetória terá continuidade e força para continuar avançando.

Um dos maiores desafios nossos ainda é continuar trabalhando o fortalecimento da organização comunitária, a valorização e reconhecimento para a nossa juventude, para o nosso jovem, para o nosso adolescente... A importância dessas organizações, do trabalho, das dificuldades que foram para chegar a essas conquistas. Ainda percebo que isso é uma dificuldade, nós temos trabalhado, mas não temos avançado nesse aspecto. (homem, agricultor, 46 anos).

Cabe ressaltar que, como em qualquer campo social, o Médio Juruá também



é campo de disputa (BOURDIE *et al.*, 1989). Existem divergências entre as organizações e disputas internas que são resolvidas de forma democrática nas reuniões das diretorias das associações, assembleias e reuniões do Fórum do Território do Médio Juruá, e isso evidencia que esse território é um espaço social em construção, primado pelo processo participativo e permitindo o contraditório. Logo, assim como rio Juruá é definido como um rio vivo e em construção, a representação social em suas margens apresenta a mesma dinâmica.

O fomento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade agregado à alta organização social e política encontrada no Médio Juruá possibilitam a efetividade na gestão de unidades de conservação com um alto poder de proteção dos recursos naturais, de geração de renda com valor agregado e de melhoria da qualidade de vida das famílias agroextrativistas dos arredores do rio Juruá, que, pelas lutas sociais, têm deixado as margens de políticas públicas e se tornado protagonistas e produtores do seu espaço de sua história.

A governança ambiental no território Médio Juruá representa a policentria em um processo de governança, que primou no seu processo de construção a base: seringueiros, pescadores, coletores de sementes, agricultores e outras comunidades tradicionais. Essa configuração se assemelha ao proposto por Elinor Ostrom, acreditando que os atores locais têm mais capacidade de resolução de conflitos e problemas do que atores em outros níveis de governança (CAPELARI; CALMON; ARAÚJO, 2017). Hoje, soma-se a esse processo os povos originários que lutam insistentemente por reconhecimento dos seus territórios e valorização da sua identidade.

A forma de governança ambiental do território do Médio Juruá cumpre os princípios de boa governança, estabelecidos por Ostrom (2009), por ocorrer de maneira policêntrica, participativa e democrática na gestão dos bens comuns, com o desenvolvimento de cadeias para a geração de renda e uso racional dos recursos. Logo, a experiência do Médio Juruá soma-se a outras, descritas por Ostrom e seus colaboradores como exitosas na gestão dos recursos naturais e contrárias aos preceitos postulados na obra a tragédia dos comuns (HARDIN, 1968), onde os bens comuns tendem a se exaurir, necessitando tornarem-se privatizados para seu controle.

A região do Médio Rio Juruá exemplifica de forma clara a relação de sustentabilidade que as populações extrativistas exercem com os recursos naturais. Contudo, nessa região, um dos fatores que colabora com esse processo está na governança policêntrica exercida nesse território (GUIMARÃES *et al.*,



2022).

Logo, o Médio Juruá torna-se um território comum, respeitando os princípios para a boa governança dos bens comuns: com fronteiras definidas; regras presentes nos planos de manejo e nos acordos de pesca; decisões coletivas; monitoramento por parte dos órgãos e dos moradores; espaços para a resolução de conflitos; reconhecimento dos direitos das organizações; e articulação policêntrica de gestão. (COX; ARNOLD; TOMÁS, 2010).

Considerações Finais

O espaço produzido no território do Médio Juruá é fruto de lutas e empoderamento social, mas sobretudo da capacidade de resiliência e resistência dessa população às diferentes formas de opressão, como foi o seringalismo, um sistema explorador da floresta e da vida dessas populações.

A tessitura de organização social dos seringueiros e de todos os povos da floresta, por meio da criação do Conselho Nacional das Populações Extrativistas e suas organizações de base, como a própria Associação dos Produtores Rurais de Carauari - ASPROC, foram instrumentos precursores da produção do espaço na floresta amazônica, reconfigurando relações sociais de poder e trabalho na região.

Na emergência das discussões acerca da crise climática e da necessidade da promoção da sustentabilidade na Amazônia, fica cada vez mais claro como os povos da floresta vêm produzindo seus territórios na região com soluções oriundas do desenvolvimento de cadeias da sociobiodiversidade. Dessa forma, o homem amazônico tem na floresta uma relação de pertencimento e reproduz nela alternativas que reconciliem a geração de renda com conservação dos recursos naturais e da própria vida.

No Médio Juruá, a floresta ultrapassa barreiras físicas e toma uma dimensão maior por meio da governança policêntrica exercida nela, envolvendo vários atores sociais que se engendram na produção da sustentabilidade na região. Entretanto, essa rede de governança necessita manter a centralidade das organizações locais que devem protagonizar as iniciativas e conduzir a gestão do território.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo benefício da bolsa de doutorado que auxiliou na permanência do primeiro



autor no município de Carauari/AM e, sobretudo, a todas as organizações do Médio Juruá que acolheram a realização desta pesquisa e possibilitaram ao primeiro autor fazer parte desse lugar.

Referências

ALLEGRETTI, Mary. *A construção social de políticas ambientais, Chico Mendes e o movimento dos seringueiros*. 2002. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

ALLEGRETTI, Mary. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. *Desenvolvimento e meio ambiente*, Curitiba, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 33-53, 2004.

ALVES, Thais Carla Vieira *et al.* Traditional knowledge associated with sociobiodiversity products: a look in defense of knowledge holders in the Middle Juruá territory, Amazonas, Brazil. *Research, Society and Development*, [s. l.], v. 11, n. 13, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/35338>. Acesso em: 23 feb. 2023.

BATISTA, Djalma. *O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento*. 2. ed. Manaus: Valer, Edua, Inpa, 2007.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco – antes e além – depois*. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.

BERDEGUÉ, Júlio A.; FAVARETO, Arilson. *Desarrollo territorial rural desarrollo territorial rural en América Latina y el Caribe Santiago de Chile*. Santiago: Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación, 2019.

BODIN, Örjan; CRONA, Beatrice; ERNSTSON, Henrik. Social networks in natural resource management: what is there to learn from a structural perspective? *Ecology and Society*, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 1-9, 2006.

BOURDIEU, Pierre et al. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRITO, Maria Cecília Wey de. *Unidades de conservação: intenções e resultados*.



São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

CAPELARI, Mauro Guilherme Maidana; CALMON, Paulo Carlos Du Pin; ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. Vincent And Elinor Ostrom: two confluent trajectories for the governance of common property resources. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 207-226, jan./mar. 2017.

CNS, CONSELHO NACIONAL DAS POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS. Ata da reunião de encontro nacional dos seringueiros da Amazônia e criação do Conselho Nacional dos Seringueiros. 17 de outubro de 1985. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/04D00010.pdf>.> Acessado em 03/04/2023.

COX, Michael; ARNOLD, Gwen.; TOMÁS, Sérgio Villamayor. A review of design principles for community-based natural resource management. *Ecology and Society*, [s. l.], v. 38, n. 4, p. 1-19, Dec. 2010.

CUNHA, Cláudia Conceição; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Reservas extrativistas: limites e contradições de uma territorialidade seringueira. In.: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: ENGA, 2009. p. 169-185. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/Cunha_e_Loureiro_Resex_limites_e_contradi%C3%A7%C3%B5es_de_uma_territorialidade_seringueira_theomai.pdf. Acesso em: 23 fev. 2023.

DERICKX, José Antonio; TRANSFERETTI, João A. *No coração da Amazônia: Juruá o rio que chora*, Petrópolis: Editora Vozes, 1992.

ESTERCI, Neide; SCHWEICKARDT, Kátia Helena Serafina Cruz. Territórios amazônicos de reforma agrária e de conservação da natureza. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 5, n. 1, p. 59-77, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v5n1/a06v5n1.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2023.

FRANCO, Mariana Ciavatta Pantoja. *Os Milton – cem anos de história nos seringais*. 2. ed. Rio Branco: Editora da Universidade Federal do Acre, 2008.

FREITAS, Marcílio de; SILVA, Marilene Corrêa da. *Estudos da Amazônia contemporânea: dimensões da globalização*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.



GUIMARÃES, David Franklin da Silva; CUNHA, Marcos Roberto Figueiredo da; SCHOR, Tatiana; VASCONCELOS, Monica Alves; VIDAL, Terena do Couto Sampaio; CUNHA, Manoel da Silva. A produção do espaço e das relações socioambientais no Médio Juruá: a construção de uma outra governança. *Research, Society and Development*, [s. l.], v. 11, n. 7, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29780/25804>. Acesso em: 23 fev. 2023.

HARDIN, Garrett. The tragedy of the commons. *Science*, [s. l.], v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, Dec. 1968.

INSTITUTO JURUÁ. *Instituto Juruá participa da 29ª reunião ordinária do fórum território médio Juruá*. Manaus: instituto juruá, 2022. Disponível em: <https://institutojuruá.org.br/instituto-juruá-participa-da-29a-reuniao-ordinaria-do-forum-territorio-medio-juruá/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 47-87, 2009.

LEFEBVRE, Henri. Prefácio: a produção do espaço. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 123-132, 2006.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MAHAR, Dennis J. *Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro: IPEA, 1978.

MCM - MEMORIAL CHICO MENDES. *Médio Juruá recebe seminário de cadeias produtivas*. Manaus: Memorial Chico Mendes, 2018. Disponível em: <http://www.memorialchicomendes.org/2018/10/30/medio-juruá-recebe-seminario-de-cadeias-produtivas/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

OLIVIERI, Laura. *A importância histórico-social das redes*. [S. l.: s. n.], 2003.

OSTROM, Elinor. A general framework for analyzing sustainability of social-ecological systems. *Science*, [s. l.], v. 325, n. 5939, p. 419-422, 2009.

OSTROM, Vicent; TIEBOUT, Charles M.; WARREN Robert. The organization of government in metropolitan areas: a theoretical inquiry. *The American Political Science Review*, Baltimore, v. 55, n. 4, p. 831-842, Dec. 1961.



PAULA, Elder Andrade de. A conquista da terra nas florestas do Acre. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio Pereira. (coord.). *Os Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*. São Paulo: ANPOCS, [1998]. Relatório convênio FINEO/CPDA/UFRRJ.

PONTES, Carlos José de Farias. o primeiro ciclo da borracha no Acre: da formação dos seringais ao grande colapso. *South American Journal of Basic Education*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 107-123, 2014.

PORTELLI, Alessandro *et al.* O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, v. 14, p. 25-39, fev. 1997.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Outras, 2007.

SCHWEICKARDT, Kátia Helena Serafina Cruz. *As diferentes faces do Estado na Amazônia: etnografia dos processos de criação e implantação da RESEX Médio Juruá e da RDS Uacari no médio Rio Juruá*. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SOUZA, Marcio. *História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI*. 1 ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

WITKOWSKI, Antônio Carlos. *Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2010.

Notas

¹Doutor em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Engenheiro Florestal do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas – IDAM no município de Carauari; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4569-6000>.

²Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Pesquisadora vinculada a Universidade do Estado do Amazonas; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0388-5791>.

³Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2710-071X>.

⁴Doutora em Ciência Ambiental. Chefe da Unidade Amazonia no Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, baseada em Washington, DC, USA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6220-3626>.



⁵Os empates se configuraram como manifestações dos seringueiros da Amazônia contra as ações de empresários e latifundiários que tentavam realizar desmatamentos para a conversão do uso do solo em pastagens e extração ilegal de madeira (ALLEGRETTI, 2002).

⁶Estratégia de luta dos seringueiros para impedir o desmatamento, onde todos eles ficavam em frente às máquinas.